



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA

Resultados da 6ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre
“Proteção da qualidade do solo e sobre diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas”

Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental
Data: 07 de fevereiro de 2007 – Brasília/DF

1 – Abertura dos trabalhos pela Coordenação do GT.

Às 10:05 do dia 07 de fevereiro de 2007 foi iniciada a reunião do GT sobre “Proteção da qualidade do solo e sobre diretrizes e procedimentos para o gerenciamento de áreas contaminadas”, coordenada pelo Sr. Márcio Freitas.

Inicialmente foi sugerida, pelo coordenador, uma inversão da pauta no sentido de, após a aprovação da ata da 5ª reunião, discutir os resultados da 1ª Reunião do Grupo de Trabalho responsável para detalhar a oficina de “Proteção de qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas”, havendo a aprovação do GT.

A ata da 5ª reunião foi aprovada e, iniciou-se a apresentação dos resultados do grupo responsável em detalhar a oficina. Foram discutidos: a organização da oficina e depois o conteúdo, conforme sugestão do coordenador do grupo. As seguintes sugestões foram feitas:

Coordenador: retirar águas subterrâneas do texto do trabalho da oficina, visto que o grupo já tinha decidido retirar valores orientadores para água subterrânea.

A representante da CETESB e o coordenador sugeriram encaminhar à Câmara Técnica um pleito sobre a necessidade de se discutirem valores orientadores para as águas subterrâneas.

A representante da Vale do Rio Doce questionou as formas de aproveitamento dos resultados da oficina pelo GT. O representante da UFRN também questionou os resultados da oficina. Ao que um representante da CETESB e um representante do IBAMA contestaram dizendo que a relatoria da oficina seria apresentada em uma reunião específica do GT para que se aproveitassem as discussões. O coordenador defende a proposta da oficina considerando a representatividade técnica que deverá ter a oficina.

O coordenador questionou quem seriam os moderadores e sugeriu que deveria ser alguém capacitado para tal.

Uma representante da CETESB defendeu a contratação de uma empresa para realizar a moderação nos grupos de trabalho da oficina. O coordenador questionou quem pagaria esses custos.

A representante da PETROBRAS disse que conseguiu junto a sua empresa os seguintes recursos para a realização da oficina: auditório, estadia de 10 a 15 pessoas no máximo, *coffee break*, almoço, deslocamento de dois palestrantes internacionais.

O coordenador fez um comentário sobre as críticas das pessoas a representação nas discussões das resoluções CONAMA que, segundo argumentos, têm um peso maior do setor privado, e sugeriu incluir na oficina representantes de ONGs. E sugeriu que a estadia dos palestrantes, coffee break, almoço só para os palestrantes e o deslocamento de dois palestrantes internacionais fosse o oferecido pela PETROBRAS. Auditório, salas e tradutores poderiam ser objeto de tentativas com outras instituições. Dessa forma os custos da PETROBRAS diminuiriam e se poderia negociar a contratação de moderadores.

A seguir foram feitas algumas manifestações do grupo quanto a restrição ao acesso à oficina. Por sugestão do representante da SQA/MMA ficou decidido que as apresentações técnicas fossem abertas ao público e as discussões nos grupos de trabalho ficassem restritas aos inscritos durante o período estipulado de inscrição. O grupo acatou a solução.

A representante do CONAMA ficou responsável por emitir os convites com local a combinar. O coordenador sugeriu que se fizesse contato com alguém do GTZ da metodologia ZOPI para servir como moderador na oficina. Foi solicitado a representante do Ministério da Saúde a possibilidade de disponibilização de auditório e salas do Ministério da Saúde ou da OPAS para a realização do evento.

Ficou resolvido que o grupo de discussão da oficina deve se reunir a fim de resolver as questões pendentes.

O representante da ESALQ questionou a orientação que deve ser dada aos palestrantes a fim de dirigir as palestras em consonância com o público alvo e, também, com os objetivos do GT.

A representante da CETESB sugeriu que o tema e o sub-tema fossem fixados para orientar o palestrante e sugeriu que o representante da ESALQ ajudasse na orientação aos palestrantes. A representação da Petrobras questionou se a assessoria internacional dos Ministérios poderia auxiliar na tradução.

A questão do tradutor foi retomada pela representação da Vale do Rio Doce, o coordenador sugeriu que alguém do grupo pudesse traduzir as perguntas aos palestrantes. Sugeriu-se também que a entidade que quiser auxiliar, com recursos, a realização da oficina deve se manifestar ao grupo organizador da oficina.

Na parte da tarde o grupo ficou com a responsabilidade de montar a versão limpa da resolução, ler e organizar os artigos por capítulos. A coordenação ficou sob a responsabilidade do Bruno do IBAMA, pois o coordenador teve que se ausentar na parte da tarde.

A representante da Cetesb retomou a discussão da urgência de se definir material sólido dentro do aquífero. E solicitou a explicitação na ata.

O coordenador leu as sugestões, enviadas por email a representante do CONAMA, de Cláudio Dias e Elaine Cristina Ruby, da Cetesb. Depois recomeçou a discussão dos títulos da resolução e da estrutura dos capítulos. O coordenador do grupo fez a leitura dos títulos já existentes e juntamente com o grupo reestruturou toda a resolução enquadrando os artigos dentro de cada capítulo.

Alguns temas específicos causaram polêmica: a falta de consenso entre gestão e gerenciamento, dentre outros.

A representante da Vale do Rio Doce sugeriu que os componentes leiam o PLP 388/2007 para que se discuta a possibilidade de ser retirado o artigo sobre competências da resolução que está sendo discutida.

Falta consenso sobre o conteúdo do artigo I. Principalmente, foram discutidos, os termos “compartimento ambiental”, “diretrizes”. E, sobretudo o grupo questionou, durante toda a discussão, qual é o objeto da resolução. Algumas exemplificações demonstraram problemas em se usar o conceito edafológico de solo para a resolução. A representante da CETESB solicitou que o grupo verificasse as áreas contaminadas no estado de São Paulo para que se observasse qual área tem só solo contaminado.